comprando outras livrarias e editoras: a Azevedo, só para ficar com a Antologia Nacional, de Fausto Barreto e Carlos de Laet, e a Gramática Portuguesa, de Alfredo Gomes. Tinha os livros didáticos de Felisberto de Carvalho; comprou os de João Kopke, concorrentes daqueles. Quando adquiriu a Livraria Mellilo, de S. Paulo, vieram às suas mãos A Carne, de Júlio Ribeiro, e sua Gramática. Comprou o Laemmert, em 1905, e recebeu Os Sertões, de Euclides da Cunha. Pertenceram-lhe as gramáticas de João Ribeiro, de Júlio Ribeiro e de Maximino Maciel; a História do Brasil, de João Ribeiro, e a de Joaquim Maria de Lacerda, a Geografia deste, os compêndios de Aritmética, de Trajano, como a sua Algebra; a Aritmética, de Viana; a Taboada, de Póvoas Pinheiro; os livros de Abílio César Borges e os de Hilário Ribeiro. Só a Cartilha de Tomás Galhardo tirou mais de trezentas edições. Isso sem falar no Coração, de Edmondo de Amicis, traduzido por João Ribeiro; nos Contos Pátrios, de Olavo Bilac e Coelho Neto; nas Poesias Infantis, de Olavo Bilac; no Através do Brasil, de Olavo Bilac e Manuel Bonfim. Alves editou, finalmente, obras literárias, nos fins do século XIX e no século XX: romances de Afrânio Peixoto, de Júlia Lopes de Almeida; livros de Coelho Neto, de Osório Duque Estrada, de Medeiros e Albuquerque, de Tobias Monteiro, de Rodrigo Otávio; a História da Literatura Brasileira, de José Veríssimo; O Ateneu, de Raul Pompéia; as obras de Clóvis Beviláqua; as Poesias, de Olavo Bilac. Quando faleceu, em 1917, deixou sua fortuna à Academia Brasileira de Letras.

* A distribuição dos jornais – e, também, ainda que menos, a de livros - dependia, entretanto, da escassa rede de comunicações terrestres e marítimas, e do insipiente serviço de Correios. Não havia, até 1825, serviço postal para o interior: a correspondência oficial era portada por milicianos, os particulares serviam-se de portadores ocasionais e, muitas vezes, cotizavam-se para custear um correio para as suas necessidades; era a época dos "próprios", pessoas especialmente encarregadas de levar correspondência a alguém. Serviço público mesmo, só entre S. Paulo e Santos, e daí à Corte, por via marítima. A necessidade fez surgir, logo, porém, a pedido da Câmara de Itu, em 1825, a primeira linha de Correio no interior: de 10 em 10 dias, os agentes a pé, chamados pedestres, ganhando 240 réis diários, usando farda e espada, pois estavam sujeitos a assaltos, faziam o giro Sorocaba-Jundiaí-São Carlos-Itu. Em 1833, o serviço se desdobrou, surgindo as linhas S. Paulo-Sorocaba, S. Paulo-Itu (via Jundiaí), e S. Paulo-Campinas. Os sacos eram fechados a cadeado e, finalmente, a insegurança determinou o arrendamento do serviço. Em 1856, as linhas faziam-se de 5 em 5 dias, e se multiplicavam. Em 1867, enquanto se inaugurava, em Campinas, o primeiro locomóvel a vapor - o da fábrica de chapéus dos irmãos Bierren-